

O CONCEITO DE IDENTIDADE SOCIAL PELOS DEMIURGOS BRASILEIROS: UM CONTRIBUTO PARA SUA SISTEMATIZAÇÃO NO PENSAMENTO SOCIAL

SOCIAL IDENTITY CONCEPT BY THE BRAZILIAN DEMIURGES: A CONTRIBUTION TO ITS SYSTEMATIZATION IN THE SOCIAL THOUGHT

LUCAS COSTA DOS ANJOS¹

RESUMO: O presente trabalho de pesquisa estuda a formação do conceito de identidade social no Brasil, por meio da análise bibliográfica de demiurgos da Literatura Brasileira, como Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e Euclides da Cunha. Como contraponto à perspectiva historiográfica e sociológica vigente, as análises de Jessé Souza, em *Modernização seletiva*, serão utilizadas como forma de aprofundamento crítico conceitual. Igualmente, o artigo pretende abordar aspectos socioeconômicos da história brasileira que contribuíram para a conformação das estruturas sociais vigentes, bem como a legitimidade dessa análise no desenvolvimento do pensamento social nacional.

PALAVRAS-CHAVE: pensamento social; identidade social; formação brasileira; Literatura Brasileira.

ABSTRACT: This article analyses the genesis of the social identity concept in Brazil, by means of a bibliographic review of the work of demiurgic Brazilian writers, such as Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Celso Furtado and Euclides da Cunha. In opposition to social and historical perspectives in vogue, the analysis of Jessé Souza, in *Modernização seletiva*, will be taken into account as a critical conceptual deepening of the subject. Likewise, this article intends to approach social and economic aspects of Bra-

1 Mestrando em Direito no projeto estruturante Estado e Mundialização: Fronteiras do Trabalho e das Tecnologias, vinculado à Linha de Pesquisa Estado, Razão e História, do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e bolsista CAPES.

zilian history that contributed to the conformation of the social structures in vogue, as well as the legitimacy of such analysis in the development of the national social thought.

KEYWORDS: social thought; social identity; Brazilian genesis; Brazilian Literature.

I O CONCEITO DE IDENTIDADE SOCIAL NO BRASIL

Este artigo é fruto de estudos empreendidos em 2014, no curso da disciplina Temas de Sociologia Jurídica: Modernização Seletiva, do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa disciplina, foi analisada, entre outras obras, *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*, de Jessé Souza. Entre vários temas relevantes à caracterização atual do país, o autor discorre sobre a formação do conceito de identidade social no Brasil.

Nessa temática, o Jessé Souza inicia sua análise por meio dos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, que, em *Raízes do Brasil*, fundamenta a formação da sociedade brasileira a partir do colonialismo português e das variadas influências ibéricas dele decorrentes. Segundo o autor, muitas das características sociais presentes na sociedade ibérica na época do colonialismo e da expansão marítima foram transplantadas à realidade colonial e, ao longo dos anos, reproduziram-se e ampliaram-se, principalmente na América Latina.

Sérgio Buarque logra uma compreensão abrangente da sociedade brasileira como um lodo, tanto em seu aspecto cultural quanto no institucional, precisamente ao localizar nossas raízes ibéricas em sentido amplo e portuguesas em sentido estrito. Não é exagero dizer que essa idéia é a compreensão dominante dos brasileiros sobre si mesmos. Ela se desdobra em inúmeras ramificações, mas guarda um núcleo comum que permite identificar, no contexto multifário de variadas versões, sua origem comum (SOUZA, 2000, p. 159-160).

Além dessa análise, o autor reconhece que a aplicação das práticas sociais ocorreu de forma bastante seletiva, seja em seus aspectos negativos, seja em seus aspectos positivos (SOUZA, 2000, p. 160). Sendo assim, características como o *cordialismo*² e o *patrimonialis-*

2 Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir

*mo*³ reproduziram-se ao longo dos anos e podem ser observadas, em certa medida, em diversos âmbitos da sociedade brasileira hodierna.

Segundo Jessé Souza, o patrimonialismo desenvolve-se diretamente do personalismo, impedindo o desenvolvimento de um Estado racional democrático. O Estado permanece como uma mera generalização do princípio de sociabilidade familiar, que é baseada na preferência particularista dos afetos, o cerne do personalismo enquanto concepção de mundo. A burocracia racional, enquanto princípio contíguo à moderna democracia, na medida em que corporifica a possibilidade de um trato objetivo e conseqüentemente igualitário das questões políticas, não pode desenvolver-se como um elemento autônomo nesse contexto (SOUZA, 2009, p. 166).

Frequentemente, os elementos basilares de uma identidade social confundem-se com elementos de formação da identidade nacional, cuja característica fundamental é a predominante influência de discursos de elite. As elites sociais (culturais e econômicas), como observa OLIVEN (2011, p. 259), legitimam a manutenção de aspectos supostamente nacionais, mas que não condizem com a efetiva prática social brasileira. Segundo esse autor, “em alguns momentos, a cultura brasileira é desvalorizada pelas elites, tomando-se em seu lugar a cultura europeia ou, mais recentemente, a norte-americana” (2011, p. 259). Esse modelo a ser alcançado não raramente emulava padrões e características da elite dominante.

O conceito de identidade, dessa forma, pode ser observado por diferentes perspectivas (histórica, sociológica, jurídica, econômica, literária, entre outras) e segundo a ótica de variados autores. Nesse contexto, o presente estudo pretende, para fins de delimitação do objeto, e devido a seu caráter de pesquisa preliminar, analisar primeiramente o tema de acordo com as obras de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*).

na aparência - e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções” (HOLANDA, 1995, p. 146-147).

- 3 “Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos” (HOLANDA, 1995, p. p. 146).

Em segundo momento, os estudos de Celso Furtado (*Formação econômica do Brasil*) serão revisados, assim como os de Darcy Ribeiro (*O povo brasileiro*). Finalmente, uma análise da principal obra de Euclides da Cunha (*Os sertões*) encerra a pesquisa preliminar deste estudo.

1.1 O conceito de identidade social em *Raízes do Brasil*

Publicado em 1936, *Raízes do Brasil*⁴ é um dos trabalhos mais marcantes do conjunto da obra de Sérgio Buarque de Holanda, até os tempos atuais. Para o autor, a identidade brasileira no início do século XX ainda era problemática, fraturada e ainda em processo de consolidação. Em cada um dos capítulos do livro, ele identifica os pilares dessa construção.

Dessa forma, o Sérgio Buarque remonta à estrutura social portuguesa para buscar as variadas origens dessa construção histórica. Segundo seus estudos, a frouxidão da estrutura social e a permeabilidade de hierarquias – em contraste com as barreiras sociais existentes onde o feudalismo imperava – permitiram que artesãos e mercadores portugueses ascendessem socialmente sem grandes obstáculos, já na época da Revolução de Avis, no século XIII (HOLANDA, 1995, p. 36).

Além disso, a ausência de orgulho de raça entre os portugueses – resultante em grande parte da mestiçagem ocorrida no próprio reino – teria facilitado, por exemplo, a assimilação dos povos dominados, agindo como dissolvente de qualquer ideia de separação por meio de castas ou de raças, de qualquer forma.

Posteriormente, o autor analisou a abolição da escravatura em 1888 como o marco divisório entre duas épocas:

Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar? Enquanto perdurassem intactos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas (HOLANDA, 1995, p. 78).

Na primeira época, anterior à abolição da escravatura, a sociedade colonial e imperial teria sido dominada por uma civilização enraizada no meio rural. A família patriarcal foi justamente o elo social por meio do qual a tradição personalista e aventureira herdada dos colonizadores por-

4 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

tugueses se aclimatou entre os brasileiros e acabou por imprimir sua marca na sociedade. Viria desse aspecto a valorização generalizada do exercício da inteligência por contraposição às atividades que requeiram algum esforço físico⁵.

Posteriormente à abolição da escravatura, mantiveram-se os parâmetros socioeconômicos que sustentavam a cultura escravocrata, de forma que a sociedade brasileira não empreendeu efetivas mudanças no sentido de democratizar suas riquezas (culturais, financeiras, sociais e patrimoniais) e de equalizar suas diferenças. Nesse sentido, para SOUZA (2000, 165), o que houve em relação aos esforços de desenvolvimento no Brasil é a inautenticidade de movimentos de modernização, visto que eles se concentraram na manutenção de um personalismo tradicional, que foi transplantado das relações no meio rural para as relações do meio urbano.

Entre as características mais marcantes do legado colonialista português, está justamente o personalismo ibérico, cujos efeitos teriam marcado, até os dias atuais, as relações sociais no Brasil. Nesse sentido, Jessé Souza afirma que:

De qualquer modo, Buarque escolhe o mote do *personalismo*, ou melhor, da cultura da personalidade, como o traço mais característico e decisivo da cultura ibérica que se implantou entre nós. [...] Será a institucionalização da *cultura da personalidade* que impedirá a solidariedade, formas de organização e de ordenação *horizontais* no nosso país: “em terra onde todos são barões, não é possível acordo coletivo durável”. Essa falta de coesão social teria marcado toda a nossa história tanto hoje como no passado (SOUZA, 2000, p. 162).

1.2 O conceito de identidade social em Formação econômica do Brasil

Em sua principal obra⁶, *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado defendeu reformas estruturais no país, sob a influência do keynesianis-

5 Nesse sentido, o autor afirma que “numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza. Aliás, o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de liberais dado a determinadas artes, e, oposição às mecânicas, que pertencem às classes servis” (HOLANDA, 1995, p. 83).

6 Publicada em 1959, **Formação Econômica do Brasil** explicita, sub-repticiamente, o caráter reformista e idealizador de Celso Furtado. Celso Furtado trabalhou com Raúl Prebisch na Comissão Econômica para a

mo e dos estudos desenvolvidos na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. O Estado deveria ser maior, mais interventor e mais presente na vida dos brasileiros. Assim, seria possível transformar a realidade social vigente. Segundo o autor, a Segunda Guerra Mundial mostrou, assim como o keynesianismo, que o Estado poderia ser o impulsionador de grandes transformações sociais, cujas bases seriam, também, econômicas.

O período do pós-guerra foi um grande laboratório para a realização de mudanças socioeconômicas na Europa e no resto do mundo. Durante a reconstrução, países europeus exemplificaram a possibilidade de reconstrução e de desenvolvimento dos Estados destruídos.

Na América Latina, o desenvolvimentismo brasileiro ganhou maior fôlego durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, por meio dos estudos de Roberto Simonsen, grande industrialista paulista. Rômulo de Almeida o sucedeu, como chefe da Assessoria Econômica Presidencial. Nesse momento, Celso Furtado retornou da Comissão Econômica para a América Latina para auxiliar nos trabalhos da Comissão Mista CEPAL-BNDE, que estudou os pontos de estrangulamento do país. Segundo BRESSER-PEREIRA:

Além da dualidade social, existe outro fator a determinar o subdesenvolvimento de um país: sua dependência formal ou informal em relação aos grandes países industrializados. Essa foi uma das contribuições mais interessantes que o economista Celso Furtado deu à teoria do desenvolvimento. Como o desenvolvimento econômico é um processo histórico que ocorre a partir da revolução capitalista, também o subdesenvolvimento tem essa característica. [...] É praticamente impossível alcançar o desenvolvimento econômico em uma situação colonial formal ou mesmo de mera dependência, porque os países ricos estão sempre “chutando a escada” para que os que vêm atrás não consigam também chegar ao seu próprio nível (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 157-158).

Celso Furtado participou da elaboração e da execução do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, no qual foram idealizadas medidas que aliassem a entrada do capital internacional, em parceria com o nacional, para a continuidade do processo de industrialização e para a viabilização

América Latina - CEPAL, estudando a dicotomia centro-periferia, tão presente nos estudos históricos sobre a América Latina. Na CEPAL, ele buscou mostrar que países subdesenvolvidos resultavam de uma forma de dominação internacional. Ele contextualizou o mundo sob a dicotomia centro-periferia, sugerindo sua superação por meio de reformas estruturais. Sua formação havia ocorrido no exterior, sobre bases neoliberais. Isso era reproduzido no Brasil, impedindo a valorização da cultura popular e a realização de mudanças políticas, sociais e econômicas profundas. Ele associa teoria macroeconômica aos fatos históricos.

da riqueza. Celso contribuiu por meio de dois vetores: planejamento geral, sob a influência de seus estudos na CEPAL; e planejamento setorial, proveniente de estudos da Comissão Mista Brasil-EUA, analisando e combatendo pontos de estrangulamento da economia regional, principalmente no Nordeste⁷.

Visava-se à industrialização da região, para aumentar a renda da população. Além disso, Celso Furtado buscou desmontar a estrutura fundiária no Nordeste, que agravava diversos dos problemas econômicos e sociais resultantes da seca. Além disso, essa estrutura fundiária altamente concentrada obrigava a população a fazer culturas permanentes para a exportação (FURTADO, 2006, p. 277). Junto à seca, essa economia persistia voltada para o exterior, e os pobres permaneciam sem uma efetiva estrutura econômica de subsistência⁸.

Formação Econômica do Brasil alia a teoria keynesiana à história brasileira (concepção histórica e macroeconômica do desenvolvimento brasileiro). Ele identificou que a estrutura econômica nacional reproduziria a concentração de renda e de poder (FURTADO, 2006, p. 112). O modelo do subdesenvolvimento (em relação às grandes potências internacionais) absorvia pouco a mão de obra presente no Brasil, o que elevava a injustiça social e concentrava a renda. Essa subordinação econômica tinha a tendência de se perpetuar (FURTADO, 2006, p. 331).

A América Latina estava condicionada à distribuição de poder historicamente concentrada, principalmente devido ao fato de que as elites queriam reproduzir os padrões de consumo dos países mais ricos. Para reproduzi-los, seria necessário concentrar ainda mais a renda, pois a somente renda per capita não era suficiente para garantir esses padrões de consumo (FURTADO, 2006, p. 112).

Essa estrutura de poder, portanto, concentrava renda e, concomitantemente, direcionava o desenvolvimento de determinados setores da

7 Na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Celso auxiliou Juscelino Kubitschek a tentar desenvolver o Nordeste e a mudar as políticas públicas que até então predominavam. O Nordeste era patrimonialista por excelência, com uma classe latifundiária (Sertão) e uma burguesa (Zona da Mata) que não enriqueciam a divisão social do trabalho. A região era muito pobre. A nova política visava o abandono das velhas estratégias de combate à seca. Como era um fenômeno natural, seriam necessárias reformas hidráulicas.

8 Celso Furtado questionava a questão da necessidade de industrialização. Não era necessário deixar de ter seca, pois ela não era a razão da miséria. Havia riqueza. O que ocorreu foi a concentração do desenvolvimento, com o ciclo do ouro e do café, o que renegou o Nordeste ao subdesenvolvimento. O grande problema, para ele, era a concentração de renda, de terra e a falta de intervenção do Estado para que se promovesse o desenvolvimento na região.

sociedade em detrimento de outros. SOUZA (2000, 167) ressalta que essas mesmas estruturas podem ser constatadas em períodos de suposto “auge” da economia brasileira, como na cultura do café no Vale do Paraíba. Segundo o autor, o desenvolvimentismo do estado de São Paulo naquela época foi incapaz de superar o personalismo da sociedade brasileira. As transformações teriam sido “epidérmicas” e insuficientes para alterar os mecanismos de concentração de renda.

O objetivo desse capitalismo era reproduzir, também, os padrões de consumo dos países desenvolvidos, situação que pode ser observada hodiernamente, na emulação de padrões estrangeiros de consumo.

1.3 O conceito de identidade social em *O povo brasileiro*

Darcy Ribeiro⁹ era otimista quanto ao futuro do Brasil e seu discurso pautava-se, principalmente, na educação. O autor entendia que seria necessário produzir conhecimento efetivamente nacional em nível acadêmico (BOMENY, 2009, p. 344). Ao final da vida, ele defendeu o fortalecimento da base educacional para acabar com o fosso entre ensino básico e o superior.

O povo brasileiro não tratou da gênese do Brasil, mas do que faltou para seu sucesso. A influência da convivência com os índios, segundo o autor, teria acarretado maior capacidade de conviver com o outro, o que hodiernamente é denominado “tradição do cunhadismo” (RIBEIRO, 2006, p. 72). Essa ideia baseava-se na recepção do colonizador português por meio da concessão de mulheres índias e de uma família para trabalhar. Isso favoreceu os projetos colonizadores dos portugueses¹⁰.

Enquanto Sérgio Buarque atribuiu a adaptabilidade ao português, e em *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, o negro foi o destaque, Darcy Ribeiro atribuiu maior importância aos índios. A tese central do livro objetivava conferir ao índio o valor que ele efetivamente teve na his-

9 Darcy Ribeiro trabalhou com Marechal Cândido Rondon no serviço de proteção aos índios, como naturalista. Mas seus estudos eram sociológicos. Ele conviveu com os irmãos Vilas Boas na região do Xingu e colaborou para a criação do Parque do Xingu. Com Anísio Teixeira, trabalhou no Ministério da Cultura. No governo de João Goulart, trabalhou como ministro da Educação e Cultura, até o golpe civil-militar, em 1964 (BOMENY, 2009, 341-342).

10 Sérgio Buarque de Holanda também corrobora essa teoria, apesar de atribuir maior protagonismo à atuação de portugueses no território Brasileiro. Segundo o autor, “aos índios [os portugueses] tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado [...]”. (HOLANDA, 1995, p. 47).

tória nacional e que lhe foi renegado (BOMENY, 2009, p. 342). Segundo o autor, essa seria a “matriz tupi” na gênese do povo brasileiro (RIBEIRO, 2006, p. 28). Ele procurou estudar o ser humano social ao estudar os índios. Ele queria entender o ser humano *in natura*, desprovido do convívio social tradicional, que deturpava a natureza humana.

O conceito de *ninguendade*, também elaborado por Darcy Ribeiro, expunha a situação do filho mestiço, que não era nem índio, nem português. Segundo o autor, o primeiro problema de identidade nacional teria ocorrido a partir do “protobrasileiro”, que sofria a “ninguendade” (RIBEIRO, 2006, p. 95). Esse indivíduo não era filho de pai índio, nem tinha cara de europeu. Além disso, a mulher índia seria a “protobrasileira”, responsável pela geração do primeiro mestiço, a gênese da família brasileira, o primeiro problema identitário, a contribuição com os hábitos de higiene e alimentares.

A colonização gerou diversos problemas, Como afirma BOMENY:

[...] situação controversa porque, a despeito de certo grau de progresso, permaneciam vítimas da espoliação e do despotismo que recrudescem a posição de subalternidade. Povos que participam como “carvão humano” – uma incorporação por subserviência. O preço dos efeitos da expansão colonialista é cobrado sistemática e cruelmente dos povos submetidos à tirania (BOMENY, 2009, p. 347).

A capacidade de conviver com o outro seria dos índios, a técnica e o conhecimento seriam dos portugueses e, a alegria, dos negros. A grande tese do livro de Darcy Ribeiro é a de que o povo brasileiro seria completamente mestiço, o que aumenta a abrangência do Brasil no mundo. O autor afirma que esse é um povo de grande representatividade, que se adapta facilmente ao convívio do mundo globalizado, sendo, portanto capaz de vencer as adversidades (RIBEIRO, 2006, p. 411). É um povo rico em potencialidades, mas que queria ser europeu ou americano. E isso impede o desenvolvimento efetivo de suas potencialidades e de suas identidades. Segundo o autor, o povo brasileiro também não quer ser mestiço, o que o impede, atualmente, de aproveitar de todas as potencialidades que possui (BOMENY, 2009, p. 347).

I.4 O conceito de identidade social em Os sertões

O discurso de Euclides da Cunha em *Os sertões*¹¹ refere-se ao poder, que seria um mecanismo de coerção social para estabelecer o lugar de cada um no âmbito das estruturas nacionais¹². As teorias eugenistas também diziam isso, defendendo a limpeza das “raças mestiças” no Brasil. Monteiro Lobato, Graça Aranha, Augusto dos Anjos e Lima Barreto são outros autores pré-modernistas que escreviam sobre as minorias do Brasil, buscando uma constituição da identidade brasileira por meio da diversidade. Havia uma consciência de que o brasileiro não poderia ser representado apenas pela elite.

Os sertões foi publicado em 1902 e baseava-se na teoria do meio, da raça e das circunstâncias para justificar o ocorrido em Canudos. O livro é dividido, também, em três partes: a terra, o homem e a luta. “A terra” evidencia a importância do meio, por intermédio da descrição geográfica da região e os impactos que isso teve sobre o homem (LIMA, 2009, p. 109). Nesse capítulo, ele destaca os aspectos negativos da mestiçagem, mas afirma que o mestiço oscila entre a fragilidade e a força, um paradoxo (CUNHA, 2012, p. 54). O sertanejo é forte, mas destinado ao fracasso, inapto à sobrevivência.

“O homem” explica o isolamento do sertanejo em relação ao litoral. Ele tentou explicar o homem sertanejo por meio de teorias científicas e deterministas (CUNHA, 2012, p. 143), mas isso é difícil. “A luta” descreve as campanhas militares e a resistência dos sertanejos. Ele demonstra como eram desiguais as condições do conflito (LIMA, 2009, p. 109).

11 O autor foi enviado pelo jornal O Estado de S. Paulo à região de Canudos, para cobrir o conflito, em 1897, publicando um diário jornalístico sobre os fatos que presenciou. *Os Sertões* foi publicado em 1902 (LIMA, 2009, p. 108). Euclides da Cunha também estudou a Amazônia, entre 1904 e 1906, conforme solicitação do Barão do Rio Branco. Ele chefiou missão diplomática encarregada de definir limites entre o Acre e o Peru. No contexto amazônico, destaca-se o nomadismo, a mobilidade e o desenraizamento que havia na população. O amazônico é diferente do sertanejo de Canudos, na medida em que vivia do extrativismo e da prática de queimadas. Em ambos os estudos do autor, ocorrem denúncias sobre o drama da civilização brasileira, dividida entre o litoral e o sertão (LIMA, 2009, p. 112).

12 Euclides da Cunha era engenheiro e republicano. Suas obras tratam do Brasil como uma nacionalidade em processo de formação, incompleta. Ele foi influenciado pelo determinismo, o que corrobora sua tese contrária à mestiçagem. Como intelectual, ele mistura sociologia, geografia, psicologia e outras ciências em sua tentativa de explicação do conflito. O positivismo, o determinismo, a eugenia, o darwinismo e o spencerismo são teorias de classificação humana, em grupos diferentes. Utilizam-se de critérios geográficos (o meio), históricos e de raça. O homem seria um papel em branco, previsível de acordo com esses critérios.

Em Canudos, havia supremacia da natureza sobre o homem, o que contrastava com a jovem República representada pela civilização do Rio de Janeiro. Ou seja, questionavam-se, também, os modelos políticos e sociais vigentes no Brasil (LIMA, 2009, p. 115). Os revoltosos de Canudos foram retratados como uma ameaça à República, um último fôlego da Monarquia. Euclides reconheceu a força circunstancial dos sertanejos. Finalmente, retomou a perspectiva cientificista para justificar a propensão ao fracasso dos revoltosos. A mensagem que fica é a que todos são mestiços, portanto todos são fracos. O que os diferencia é o poder econômico e o poder político (LIMA, 2009, p. 110).

Os sertões é, nesse sentido, uma obra crítica à elite política do país, insensível aos dramas e às identidades sociais presentes no interior do território brasileiro. A obra tratou da dualidade litoral-sertão, do isolamento do sertanejo e da busca de uma perspectiva autônoma de interpretação social do Brasil, que foi interrompida justamente pelo medo da ameaça às estruturas sociais e políticas vigentes.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a discussão sobre a identidade nacional percorre, inevitavelmente, a discussão em relação à formação cultural brasileira e sua diferenciação em relação a outras civilizações. Esse debate esteve presente em diversos momentos da Literatura Brasileira e das artes, como na Semana de Arte Moderna. Segundo OLIVEN (2011, p. 258) “identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção”.

Tendo em vista que a temática identitária está diretamente relacionada à formação do conceito de nação, o conceito de ser social brasileiro passa, também, pela perspectiva de formação enquanto membro (ou não) do projeto de nação construído. Dessa forma, é possível perceber que diversos aspectos (políticos, econômicos, sociais e culturais) contribuem para a formação dessa identidade.

Ao contrário do que normalmente se anuncia, as identidades sociais brasileiras são múltiplas e variam de acordo com o plano de análise que se adota para realizar sua análise. No que tange aos autores selecionados para fins de execução deste trabalho, nota-se que o aspecto comum entre as diversas descrições sobre a gênese e desenvolvimento da identi-

dade social brasileira é a seletividade e heterogeneidade com as quais essa identidade se concretizou.

Essa denúncia é feita também por Jessé Souza, na medida em que o autor afirma que:

O discurso modernizador do individualismo moral é o código valorativo dominante, não significa dizer que não existam outros códigos concorrentes, ou, fato para nós ainda mais relevante, que o *acesso a esses bens culturais seja igual para todas as classes ou indivíduos*. A meu ver, a questão desafiadora nesse terreno é mapear a *institucionalização do acesso diferencial a bens culturais* que são aceitos ou que passam a ser tendencialmente aceitos pela enorme maioria da população como os valores dominantes da sociedade como um todo (SOUZA, 2000, p. 155).

Ou seja, levando em consideração as características sociais explanadas nas obras dos demiurgos selecionados para estudo neste trabalho, é possível verificar o discurso homogeneizador e, em contraponto, a realidade dispare da efetiva formação identitária nacional, por meio de políticas econômicas, sociais, culturais e hierárquicas frágeis, seletivas e mantenedoras da ordem social vigente.

3 Referências bibliográficas

BOMENY, Helena. Aposta no futuro: o Brasil de Darcy Ribeiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEN, Ruben George. Identidade nacional: construindo a brasilidade. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e trabalhadores: organização e lutas sociais. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 530-541.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

RECEBIDO EM: 15/10/2014

APROVADO EM: 15/03/2015

